



Terra Indígena Serra das Matas - Ceará, 09 de abril de 2024.

CARTA DO MOVIMENTO POTIGATAPUIA

À Presidência da República Federativa do Brasil

Ao Ministério dos Povos Indígenas

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

À Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

À Fundação Nacional dos Povos Indígenas

À Secretaria Especial de Saúde Indígena

Ao Ministério de Minas e Energia

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Ao Governo do Estado do Ceará

À Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace)

À 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

Ao Ministério Público do Trabalho

À Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Estado do Ceará

Ao Grupo de Trabalho Comunidades Indígenas da Defensoria Pública da União

Ao Ofício Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União no Ceará

Ao Conselho Nacional de Direitos Humanos

“Pra mãe natureza

Eu quero cantar

Nosso berço querido

E também nosso lar

Termos um ar puro



*Para respirar
E a nossa ansiedade
Bem dela cuidar
Termos um ar puro
Para respirar
E a nossa ansiedade
Bem dela cuidar”
Toinho Gavião*

O mundo dos brancos gosta de documentos escritos. Cartas, Ofícios, Informações Técnicas, Relatórios, Dossiês e uma porção de outros arquivos que parecem buscar uma segurança que os seus corações e as suas palavras definitivamente não têm. Não têm porque estão longe dos significados da vida.

Nós, indígenas, compartilhamos outras realidades. Costuramos territórios. Temos guerreiras e guerreiros que estão na mata e se comunicam conosco. Por isso, defendemos limites ancestrais.

Para estarmos aqui, muitos outros lutaram antes de nós - e nós os honramos, porque também os carregamos em nossos corpos, em nossos espíritos, em nosso canto e em toda a ciência que nos forma.

Somos **Potyguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia**. Vivemos originariamente na **Terra Indígena Serra das Matas**, localizada nos municípios de **Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Santa Quitéria, Tamboril e Catunda**, no estado do Ceará, e em estudo de identificação e delimitação pela Funai.

Antes que houvesse o Estado Brasileiro, já estávamos aqui e já construíamos estratégias de convivência que foram e são responsáveis pela existência da vida no **semiárido**.



Nossos pilares são **casa, economia, família e espiritualidade** e isso só se faz no trançado - na trama de linhas que também são dança, pintura, movimento, ritual e conjunto de jeitos de existir.

Nunca colocamos o mundo dos brancos em risco, mas não podemos dizer o mesmo em relação ao que fazem conosco. Perseguição, escravidão, expropriação, latifúndio, cercamento, envenenamento, roubo de nossas riquezas, de nossos conhecimentos e de nosso trabalho são marcas concretas que nos atravessam para dizermos que não param de querer nos encurralar, nos oprimir e nos matar.

É nessa velocidade de destruição que estamos ameaçados pelo **Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (PSQ)**, proposto pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e pela Fosfatados do Norte-Nordeste S/A (FOSNOR - Galvani).

O PSQ quer produzir anualmente 2.300 toneladas de concentrado de urânio, 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados e 220.000 toneladas de fosfato bicálcico destinadas à energia nuclear e ao agronegócio, outros dois projetos de morte.

Para isso, pretende **dinamitar nossas serras sagradas** por vinte anos, **consumir 855 mil litros de água por hora de nossos açudes** e **envenenar** nossos morcegos, nossas abelhas, nossos peixes, nossa medicina, nossas cisternas, nossos sítios arqueológicos e nossas famílias com radiações ionizantes que causam **cânceres**, deixando **pilhas de rejeitos radioativos** que seguirão contaminando nossos territórios por milhares de anos.

Também pretende atravessar o estado do Ceará levando esse rastro de destruição até o Porto do Pecém e colocando em risco vários outros territórios originários e bacias hidrográficas.

Tudo isso está em processo de licenciamento ambiental no Ibama (Processo nº 02001.014391/2020-17) e tudo isso está sendo feito como se nós não existíssemos.



Nunca fomos consultados de forma livre, prévia e informada pelo Estado Brasileiro, como determina a ordem jurídica constitucional.

Além de nós, **os outros povos indígenas, as vilas de pescadores artesanais, as comunidades quilombolas, os povos de terreiro e os assentamentos de reforma agrária** com quem compartilhamos o território afetado pela mineração de urânio e fosfato **também não foram consultados**.

Mesmo assim, o processo de licenciamento ambiental está seguindo e possui outros vícios e irregularidades:

a) fragmentação entre Ibama e Semace, órgão estadual do Ceará responsável pelo licenciamento da adutora que pretende ser usada para levar 855 mil litros de água por hora para o empreendimento e que é parte integrante deste;

b) ausência de análise e integração dos dados do licenciamento nuclear (conduzido pela CNEN) no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-Rima) do licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama;

c) ausência de estudos de componente indígena e de acompanhamento do processo pela Funai;

d) ausência de estudos de componente quilombola e de acompanhamento do processo pelo Incra;

e) ausência de acompanhamento do processo, com base na legislação atualizada, pelo Iphan (que indevidamente utiliza a Ficha de Caracterização de Atividade e o Termo de Referência que compuseram o processo de licenciamento ambiental anterior, cuja licença ambiental foi negada pelo Ibama em 2019) e

f) ausência de resposta às Recomendações que compõem o Relatório da Missão Santa Quitéria, realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (Resolução nº 28/2022/CNDH).

É importante destacar que o Parecer da equipe técnica do Ibama que avaliou o EIA-Rima apresentado pelo Consórcio Santa Quitéria em 2022 apontou carência de



dados, utilização de metodologias inadequadas, invisibilidade de povos tradicionais e incertezas no tocante ao abastecimento de água.

Destacou que, em virtude disso, havia um comprometimento na identificação dos impactos; no seu adequado dimensionamento e na análise dos programas ambientais propostos, enfatizando que tal EIA-Rima carecia de fundamentação técnica, estava incompleto e deveria ser devolvido e reprovado.

A Direção do Ibama, porém, contrariou a análise da sua equipe técnica de servidores/as e solicitou ao Consórcio Santa Quitéria apenas “complementações” ao EIA-Rima quando deveria ter arquivado o processo de licenciamento ambiental.

Hoje, portanto, esse processo continua em curso. Durante os Acampamentos Terra Livre de 2022 e 2023, fomos ao Ibama e entregamos requerimentos e resumos das irregularidades. Também levamos nossa denúncia à Funai, ao Governo do Estado do Ceará, ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública da União, ao Conselho Nacional de Povos e Comunidade Tradicionais e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos e, hoje, estamos aqui para dizer que as violações aos nossos direitos continuam.

As “complementações” ao EIA-Rima foram entregues em dezembro de 2023 e mais uma vez ferem pelas informações falsas e subdimensionadas que possuem.

Por isso, reafirmamos a gravidade do que está ocorrendo e a necessidade de que a violência seja cessada.

Solicitamos o **imediato arquivamento do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria** por ausência de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e aos povos e às comunidades tradicionais afetados por esse empreendimento de destruição e morte.

Lembramos, também, que o licenciamento ambiental de projetos ou atividades econômicas que possam afetar nossos corpos, nossos territórios e nosso patrimônio cultural e os corpos, os territórios e o patrimônio cultural existentes em comunidades



quilombolas e tradicionais têm o dever de serem acompanhados por instituições públicas que existem para promover conosco os nossos direitos, como a Funai, o Incra e o Iphan.

Temos projetos de vida e futuro através dos alimentos que cultivamos, da língua materna que retomamos, das escolas indígenas que mantemos, das tecnologias de convivência com o semiárido que construímos, da saúde que promovemos com pajés, parteiras, benzedeiras e rezadores e de muitos outros trançados que costuram os fios da nossa r-existência neste mundo. É por eles que estamos aqui e é por eles que continuaremos de forma ancestral.



Nascer do Sol na escola da Aldeia Mundo Novo - Terra Indígena Serra das Matas, Ceará.

